



# Prevenção e Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes

Lei nº 14.811



A Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, já está em vigor e trouxe diversas alterações legislativas importantes para a prevenção e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, inclusive no âmbito criminal. A norma institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Código Penal, a Lei dos Crimes Hediondos e Estatuto da Criança e do Adolescente.

## Confira os destaques da nova lei:

- Estabelece responsabilidade do poder público local desenvolver, em conjunto com os órgãos de segurança pública e de saúde e com a participação da comunidade escolar, protocolos para estabelecer medidas de proteção à criança e ao adolescente contra qualquer forma de violência no âmbito escolar, inclusive bullying e cyberbullying.
- Prevê linhas gerais para a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, bem como os Planos de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, devendo o Ministério Público participar, a cada 03 anos, de avaliações periódicas quanto à implementação destes últimos.
- Estabelece aumento de dois terços da pena do crime de homicídio praticado contra menor de 14 anos, se o crime for praticado em instituição de educação básica pública ou privada.
- Prevê aplicação de pena em dobro se o autor do crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação foi líder, coordenador ou administrador de grupo, de comunidade ou de rede virtual, ou por estes é responsável.
- Tipifica penalmente o bullying e o cyberbullying.



- Inclui como crimes hediondos o induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação realizados por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitidos em tempo real, o sequestro e cárcere privado cometido contra menor de 18 (dezoito) anos, o tráfico de pessoas cometido contra criança ou adolescente, bem como crimes previstos no ECA envolvendo pornografia infantil.
- Amplia as condutas incluídas no tipo penal do art. 240 do ECA.
- Amplia as condutas previstas como infração administrativa no art.247 do ECA.
- Institui obrigação para as instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos, bem como para estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes, independentemente de recebimento de recursos públicos, a fim de que sejam exigidas e mantidas certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores.
- Tipifica criminalmente a omissão dolosa do pai, da mãe ou do responsável legal em comunicar o desaparecimento de criança ou adolescente.



**CAO  
Criminal**

**CAO  
Educação**

**CAO  
Infância e  
Juventude**

**MP**  **PE**  
Ministério Público de Pernambuco